



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
12ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM
TutAntAnt 0001058-62.2017.5.08.0012
REQUERENTE: MARCOS NERIVAN PUREZA DA COSTA, FLAVIANA
TRINDADE DE OLIVEIRA
REQUERIDO: BENJAMIN DE ALBUQUERQUE ANDRADE LIMA, GISELLE
FIALKA DE CASTRO LEAO

SENTENÇA

Vistos, etc.

I. RELATÓRIO

Cuida-se de ação anulatória movida por MARCOS NERIVAN PUREZA DA COSTA e FLAVIANA TRINDADE DE OLIVEIRA contra BENJAMIN DE ALBUQUERQUE ANDRADE LIMA e GISELLE FIALKA DE CASTRO LEÃO pleiteando declaração de nulidade do Edital de Convocação de Eleição para o SINDJU/PA, ante a infringência estatutária, suspendendo-se todo o processo eleitoral, bem assim as eleições designadas para o dia 25 de setembro de 2017, além da nulidade de todos os atos praticados pela Diretoria Provisória a partir do dia 15 de dezembro de 2016.

Os reclamados foram notificados para apresentar justificação prévia, anexada sob o ID 0320240.

A tutela antecipada foi indeferida (ID 746d3b8), tendo sido objeto de Mandado de Segurança, que deferiu a medida requerida (ID. 462260e - Pág. 2), suspendendo o processo eleitoral que tinha eleições previstas para o dia 25 de setembro de 2017.

Não houve possibilidade de acordo.

Os reclamados produziram defesa escrita (ID 95485d1 e 80cb716) e juntaram documentos.

Sobre os documentos o reclamante se manifestou em audiência.

Alçada fixada pelo valor da inicial.

Houve colheita do depoimento das partes.

Foi determinada a expedição de ofícios.

Na decisão de ID 870d149 foi concedida tutela liminar para declarar a validade da assembleia ocorrida em 29 de setembro de 2017, que elegeu os dirigentes provisórios da entidade, até que ocorram novas eleições.

Razões finais escritas

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

1. PRELIMINARES

Ilegitimidade passiva

Os reclamados sustentam que não são partes legítimas para figurar na lide, eis que os pedidos contidos na demanda não se voltam contra as pessoas físicas da Sra. GISELLE FIALKA DE CASTRO LEÃO, que é apenas a presidente do sindicato, ou do Sr. Benjamin de Albuquerque Andrade Lima, representante da comissão eleitoral do sindicato.

Conforme já apreciado na decisão de ID 746d3b8, "conforme teoria da asserção, a legitimidade de parte é aferida em abstrato, de sorte que postulando o autor providência contra a requerida, resta verificada a pertinência subjetiva para causa. Eventual inadequação do pleito, deverá ser analisada como mérito. Rejeita-se, portanto a preliminar".

Preliminar rejeitada pelos fundamentos acima.

2. MÉRITO

Nulidade do processo eleitoral do SINDJU/PA

Os autores discorrem que a assembleia geral do SINDJU/PA, realizada em 15 de junho de 2016, destituiu a antiga diretoria e designou e deu posse, de forma provisória, à atual diretoria executiva e conselho fiscal, na forma do §2º do art. 9º do estatuto.

Ponderam que, por ser provisória, a atual diretoria deveria convocar eleições em até 180 (cento e oitenta) dias após ter assumido a gestão sindical, com publicação de edital no prazo de 60 (sessenta) dias anteriores às eleições, o que não foi feito.

Pontuam que o mandato da atual direção sindical se exauriu sem a convocação de eleição ou a publicação de edital no prazo legal.

Sustentam que "não se pode admitir, por contrariar expressa norma estatutária, a aprovação do encerramento do mandato para o dia 28 de fevereiro de 2017, conforme consta de deliberação na Assembleia Geral do dia 15 de junho de 2016, haja vista que tal questão não se apresenta como um caso omissio, havendo expressa previsão estatutária nesse sentido".

Informam que "no dia 08 de março de 2017, portanto, após o encerramento do mandato da Direção, ainda provisória, fora realizada nova Assembleia Geral, a qual teria aprovado nova prorrogação do mandato da atual Diretoria Provisória, sob o pretexto de referendar uma suposta decisão adotada em uma Assembleia Geral que teria sido realizada no dia 15 de fevereiro de 2017". ponderam, porém, que "não há qualquer indício de que, no dia 15 de fevereiro de 2017, tenha ocorrido qualquer reunião convocada para estender o mandato da direção provisória", não havendo registro de qualquer ata no Cartório do 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas.

Informam que na assembleia do dia 08 de março de 2017 "consta que o mandato da atual Diretoria que deveria ser provisório de 180 dias, reitere-se, foi prorrogado, novamente para o dia 30 de setembro de 2017".

Asseveram que também houve descumprimento de prazos para a realização de eleição mesmo em relação ao mandato já prorrogado até o dia 30 de setembro de 2017, eis que as eleições deveriam ter sido realizadas 60 (sessenta) dias antes do término do mandato, porém o edital convoca a eleição para o dia 25 de setembro de 2017, 5 (cinco) dias antes do término do mandato. Lembram que o edital deveria ter sido publicado até o dia 30 de maio de 2017, o que não ocorreu.

Alegam que a Diretora Presidente não possui competência estatutária para convocar, de forma individual, assembleia geral, ato que compete à diretoria ou a 1/5 dos associados, a teor dos artigos 8º e 13, II, do Estatuto Sindical.

Apontam ainda que não houve Prestação de Contas dos recursos arrecadados e manejados pela Diretoria, na pessoa da Diretora Financeira, tampouco aprovação destas, antes da realização de eleições, sendo esse outro motivo para a anulação do edital.

Informam que já protocolaram pedido de informações acerca do colégio eleitoral, universo de eleitores e do total de sindicalizados aptos a votar, não obtendo qualquer resposta, o que infringe a democracia e a isonomia que deve ser a regra numa eleição sindical.

Defendem a nulidade de todo o processo eleitoral, desde o edital, bem como todas as deliberações adotadas pela atual Diretoria, pelo descumprimento de prazos e infringência de normas estatutárias.

Os reclamados, em síntese, defendem a regularidades dos atos praticados.

Analiso.

Não vislumbro irregularidade alguma no processo eleitoral a justificar a declaração de nulidade pleiteada pelos autores.

Com efeito, a Diretoria Provisória, designada na assembleia geral de 15/06/2016, vem agindo

com lisura e transparência no mandato, tanto que todas as posteriores prorrogações do mandato provisório foram tomadas em assembleia, conforme documentos acostados aos autos. Não há registros de quaisquer insurgências dos autores nas atas de assembleias, tampouco foi tomada qualquer medida judicial pretendendo a nulidade destas, as quais, portanto, presumem-se perfeitamente válidas.

Não custa lembrar que a Assembleia Geral é o órgão superior das entidades sindicais e, no caso sob análise, extraordinariamente, deliberou sobre as circunstâncias específicas de prorrogação do mandato da diretoria provisória, aprovação de contas e escolha da Comissão Eleitoral. Ademais, havia justificativa plausível para a prorrogação do mandato da Diretoria.

Da mesma forma, não há que se falar em nulidade da assembleia realizado no dia 15/02/17, que deliberou pela prorrogação do mandato da atual Diretoria e do Conselho Fiscal até 30/09/17 (ID. 2bbc310 - Pág. 10), pela falta de registro, já que esta foi devidamente ratificada pela Assembleia realizada em 08/03/17, que teve o propósito específico de tratar da prorrogação do mandato da diretoria.

Incabível também a alegação de que a presidente do sindicato não tem competência para convocar eleições, eis que o art. 13, inciso IV, do Estatuto Sindical, traz previsão expressa nesse sentido, o que faz cair por terra a insurgência.

Por fim, também não verifico qualquer irregularidade quanto à divulgação da relação dos associados, porquanto a publicação se deu conforme o que consta do Regimento Eleitoral (ID. 001579c - Pág. 1).

Diante do exposto, julgo improcedentes os pedidos formulados na inicial, ratificando os termos da decisão de ID 870d149, dada a peculiar situação do processo eleitoral do SINDJU-PA.

Indefiro o pedido de aplicação da penalidade, por não vislumbrar má-fé na conduta dos autores, que apenas atuaram em defesa de interesse que entendiam devidos.

Indefiro o pedido de gratuidade da justiça, ante a inexistência de declaração específica quanto ao contido nos arts. 790, §3º. da CLT e 99, §3º. do CPC.

Tendo em vista a entrada em vigor da Lei n. 13.467/2017, a qual incluiu o art. 791-A na CLT, e considerando-se o princípio do isolamento dos atos processuais (art. 14 do CPC), condeno os autores a pagar honorários advocatícios sucumbenciais ao advogado dos reclamados, arbitrados em 15% sobre o valor da causa, na forma do §2º. do citado artigo.

III. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, e tudo o mais que dos autos consta, decido REJEITAR a preliminar de ilegitimidade passiva e, no mérito, JULGAR TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pedidos formulados na ação movida por MARCOS NERIVAN PUREZA DA COSTA e FLAVIANA TRINDADE DE OLIVEIRA contra BENJAMIN DE ALBUQUERQUE ANDRADE LIMA e GISELLE FIALKA DE CASTRO LEÃO, condenando os autores a pagar honorários advocatícios

sucumbenciais ao advogado dos reclamados, arbitrados em 15% sobre o valor da causa, tudo consoante a fundamentação.

Custas pelos reclamantes, no importe de R\$20,00, calculadas sobre o valor da causa.

Nesta data, em razão de licença médica da magistrada durante o prazo de publicação da sentença.

Intimem-se as partes.

BELEM, 18 de Fevereiro de 2018

KARLA MARTINS FROTA
Juiz do Trabalho Substituto